

O INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE E SEU PAPEL FORMATIVO NO CURSO À DISTÂNCIA “MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DO CEARÁ”

Ana Cristina de Sales¹
Maria Arleilma Ferreira de Sousa²
Joyce Ferreira Gomes³
Cícera Mônica Rodrigues da Silva⁴

RESUMO

O texto analisa o trabalho pedagógico realizado pelo Instituto da Memória do Povo Cearense - IMOPEC, investigando como a instituição difundiu o curso à distância “Memória e patrimônio cultural do Ceará” durante os anos de 2001 a 2010. O IMOPEC foi fundado no ano de 1988, composto por membros de diversos movimentos sociais, que se estabeleceu como um Instituto com o objetivo de provocar, associar e atuar em conjunto com os estratos sociais afetados pelas políticas neoliberais no Estado do Ceará durante as décadas de 1990, 2000 e 2010. A instituição se dedicou à implementação de diversas iniciativas educacionais, políticas, sociais e culturais direcionadas às camadas menos favorecidas da sociedade. Nesse sentido, destaca-se neste texto a abordagem pedagógica adotada pelo IMOPEC ao oferecer um curso de formação à distância para professores da educação básica e demais interessados nos temas da memória e do patrimônio cultural. O curso foi desenvolvido considerando o contexto em que as tecnologias analógicas ainda predominavam, o qual todo material era enviado via cartas pelo correio. Utilizou-se as fontes com base no que foi produzido pelo Instituto, destacando-se o boletim Raízes (1992-2015) e a revista Propostas Alternativas (1992-2014). A leitura das fontes foi pensada através do método qualitativo, intentando compreender a complexidade dos fenômenos sociais, culturais e humanos através da análise interpretativa dos dados. Este método valoriza o contexto em que os fenômenos ocorrem, permitindo a compreensão das experiências, percepções e significados dos indivíduos envolvidos. Segundo Denzin (2018), o método qualitativo enfatiza a coleta de dados descritivos e a análise interpretativa, visando a captar a essência dos fenômenos estudados para o entendimento das realidades sociais. Além do material produzido pela instituição, foram utilizadas fontes orais obtidas por meio de entrevistas. Como destacado por Portelli (2016, p. 18) “a memória oral é mais do que um mero depósito de informações, é um processo contínuo de elaboração e reelaboração de significados”. Nesse contexto, foram entrevistadas pessoas ligadas diretamente a instituição e membros do curso à distância. Desse modo, ao lançar o olhar sobre a pedagogia articulada pelo IMOPEC leva-se em consideração o trabalho do grupo em prol da formação de sujeitos críticos e conscientes de sua história, por meio de uma educação que visa à emancipação e transformação, com foco especial na construção democrática (Brandão, 2002; Freire, 2011).

PALAVRAS-CHAVE: Curso à distância. Formação de professores. IMOPEC.

¹ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC. Professora da Universidade Regional do Cariri-URCA – Campus Cariri, anasalesprof@gmail.com;

² Doutoranda em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual- UECE, maria.arleilma@aluno.uece.br;

³ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pernambuco - UFPE, Professora da EEEP Alfredo Nunes de Melo, joyce.mestradogeografia@gmail.com

⁴ Mestranda em Educação e Ensino pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, smonicarodrigues882@gmail.com;

Introdução

O texto analisa o trabalho pedagógico realizado pelo Instituto da Memória do Povo Cearense - IMOPEC, investigando como a instituição difundiu o curso à distância “Memória e patrimônio cultural do Ceará” durante os anos de 2001 a 2010. O IMOPEC foi fundado no ano de 1988, composto por membros de diversos movimentos sociais, que se estabeleceu como um Instituto com o objetivo de provocar, associar e atuar em conjunto com os estratos sociais afetados pelas políticas neoliberais no Estado do Ceará durante as décadas de 1990, 2000 e 2010.

A instituição se dedicou à implementação de diversas iniciativas educacionais, políticas, sociais e culturais direcionadas às camadas menos favorecidas da sociedade. Nesse sentido, destaca-se neste texto um curso de formação à distância para professores da educação básica e demais interessados nos temas da memória e do patrimônio cultural.

Utilizou-se as fontes com base no material que foi produzido pelo Instituto, destacando-se o boletim Raízes (1992-2015) e a revista Propostas Alternativas (1992-2014). A leitura das fontes foi pensada através do método qualitativo, intentando compreender a complexidade dos fenômenos sociais, culturais e humanos através da análise interpretativa dos dados.

Este método valoriza o contexto em que os fenômenos ocorrem, permitindo a compreensão das experiências, percepções e significados dos indivíduos envolvidos. Segundo Denzin (2018), o método qualitativo enfatiza a coleta de dados descritivos e a análise interpretativa, visando a captar a essência dos fenômenos estudados para o entendimento das realidades sociais.

Além do material produzido pela instituição, foram utilizadas fontes orais obtidas por meio de entrevistas. Como destacado por Portelli (2016, p. 18) “a memória oral é mais do que um mero depósito de informações, é um processo contínuo de elaboração e reelaboração de significados”. Nesse contexto, foram entrevistadas pessoas ligadas diretamente a instituição e membros do curso à distância.

A formação à distância na era do analógico

A formação à distância, desde sua origem no Brasil no início do século XX, surge como uma alternativa para “democratizar” o acesso à educação. Iniciada com o uso do rádio e do papel impresso, a EaD foi moldada em um contexto marcado pela expansão

das mídias analógicas, sendo caracterizada por uma comunicação de via única e um fluxo limitado de interação. No entanto, ainda que tenha representado uma novidade tecnológica, a EaD trazia limitações em relação aos recursos interativos e colaborativos proporcionados pelas tecnologias digitais.

A formação à distância na era do analógico trouxe uma série de tensões entre a democratização do ensino e a precarização da experiência educativa. No modelo analógico, o distanciamento entre o educador e o aluno era acentuado pela ausência de mecanismos de interação imediata e constante, conforme aponta Saviani (2008), como uma extensão das desigualdades estruturais do sistema educacional. A limitação tecnológica condicionava o processo de ensino-aprendizagem a uma perspectiva verticalizada, onde o conhecimento era transmitido de forma unidirecional, sem a possibilidade de debates e trocas, aspectos necessários para uma educação crítica e emancipadora, tal como sugere Paulo Freire (2005).

A consolidação da EaD como modalidade reconhecida no sistema educacional brasileiro só aconteceu em meados da década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que legitimou oficialmente a EaD como uma modalidade formal de ensino.

Historicamente, o surgimento da EaD no Brasil traz um contexto social de desigualdades no acesso à educação, sobretudo no que diz respeito às regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. A educação presencial era e ainda é predominantemente concentrada nas capitais e em regiões metropolitanas, dificultando o acesso de populações rurais e de cidades pequenas à formação acadêmica. Assim, a EaD, desde sua origem, foi concebida como uma ferramenta de “democratização do ensino”, enfrentando o desafio de garantir a inclusão social em um país com disparidades regionais significativas.

Ao refletir sobre esse cenário, é necessário questionar até que ponto a formação a distância analógica conseguiu romper com as barreiras impostas pela educação presencial. Embora tenha promovido o acesso de grupos até então excluídos das universidades, a qualidade do ensino estava condicionada pelas limitações tecnológicas e pela falta de integração com processos pedagógicos. A dependência de materiais impressos e programas de rádio dificultava a formação dos estudantes, uma vez que a comunicação era unilateral, reforçando um modelo de aprendizado passivo.

Nos anos 1990, com a expansão das tecnologias de informação e comunicação, o cenário para a EaD começou a mudar radicalmente. A criação de Projetos Pedagógicos

Nacionais e a inclusão formal da EaD na legislação educacional permitiram uma maior institucionalização dessa modalidade. Segundo Moran (2002), o avanço da internet e o desenvolvimento de novas mídias digitais foram fundamentais para consolidar o papel da EaD, que deixou de ser uma prática marginal para se tornar uma alternativa e, em muitos casos, “preferencial” para o ensino em larga escala. Moran aponta que a EaD, aliada às novas tecnologias, promoveu mudanças na forma como o ensino é estruturado, trazendo novas possibilidades pedagógicas.

A partir de 2005, com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Ministério da Educação (MEC), a EaD atingiu um novo patamar de expansão. A UAB foi criada com o objetivo principal de ampliar o acesso ao ensino superior, sobretudo em áreas onde a oferta de instituições de ensino presencial era escassa. A iniciativa estava alinhada com o Plano de Desenvolvimento da Educação, que visava melhorar os índices educacionais do Brasil e reduzir as desigualdades regionais.

Ao analisar a expansão da EaD no Brasil, é importante destacar o papel das políticas neoliberais que começaram a ser implementadas na década de 1990, favorecendo a flexibilização do ensino e a introdução de novas tecnologias no ambiente educacional. Segundo Gentili (2005), essas políticas promovem a mercantilização da educação, tratando o ensino como um bem de consumo e incentivando a expansão de modelos educacionais voltados mais para o mercado do que para o desenvolvimento humano integral. Embora a EaD tenha sido uma solução para aumentar o acesso à educação, especialmente a superior, também deve-se fazer críticas sobre a qualidade e a precarização do ensino, já que a massificação da modalidade resulta em uma educação padronizada e distante das realidades locais dos estudantes.

Além disso, a criação da UAB e o subsequente aumento da EaD precisam ser entendidos no contexto das demandas sociais por maior inclusão educacional, particularmente no ensino superior. Dados do Censo da Educação Superior de 2018 apontam que a EaD foi responsável por quase 40% das matrículas no ensino superior, demonstrando o quanto essa modalidade se expandiu no Brasil. Como afirma Alonso (2010), a educação a distância assume um papel de atender às exigências de uma sociedade que busca maior equidade no acesso ao ensino superior, mas a expansão quantitativa deve ser acompanhada de uma reflexão sobre a qualidade desse processo.

Dessa forma, a EaD no Brasil deve ser analisada à luz das questões históricas e sociais que influenciaram sua implementação e expansão. Por meio de uma análise crítica, é possível compreender os impactos dessa modalidade no cenário educacional brasileiro,

buscando formas de aprimorá-la para que cumpra seu papel inclusivo sem abrir mão da qualidade e da formação integral dos estudantes.

O Curso “Memória e Patrimônio Cultural do Ceará” e seu papel formativo

O Instituto da Memória do Povo Cearense-IMOPEC forneceu entre os anos de 2001 a 2010 o curso “Memória e Patrimônio Cultural do Ceará”, com a finalidade de desenvolver processos educativos numa perspectiva de construção coletiva e democrática do conhecimento. Além disso, o curso buscava um diálogo constante entre os agentes culturais e sociais com as comunidades locais, especialmente em torno dos temas da memória e do patrimônio cultural.

O primeiro curso a distância oferecido pelo Instituto ocorreu em 1999, no Vale do Jaguaribe, com uma perspectiva local. Em 2001, o IMOPEC expandiu suas ações para atender a um número significativamente maior de participantes. Para entendimento do funcionamento da proposta do curso, indagou-se: Como se deu o curso à distância ainda no formato analógico? Como as pessoas tiveram acesso ao curso? Qual metodologia era utilizada pelo IMOPEC para o funcionamento do curso?

O curso constituiu-se como uma iniciativa no campo da formação de professores e demais áreas interessadas, especialmente no que diz respeito à educação patrimonial e à valorização da memória coletiva. A proposta colocou em pauta a construção coletiva e democrática do conhecimento, através de práticas pedagógicas que dialogavam e refletiam com as realidades locais sobre o papel do educador na mediação entre o passado, as identidades culturais e o presente.

Em um cenário educacional em que a formação docente é desconectada das especificidades regionais, o curso do IMOPEC surge como uma proposta comprometida com a valorização do patrimônio cultural e com a formação de professores que reconheçam a importância da temática em seu trabalho pedagógico.

Os cursistas tiveram a oportunidade de adquirir conhecimento sem precisar frequentar fisicamente uma instituição de ensino. O processo se baseava na troca de materiais de estudo entre os participantes e os membros do IMOPEC por meio do correio. Durante o estudo, os cursistas podiam entrar em contato com o Instituto por correspondência ou telefone. Essa comunicação se dava para esclarecer dúvidas, receber orientações adicionais e obter retorno sobre o curso.

A formação à distância do IMOPEC utilizava como recurso pedagógico a leitura das próprias publicações do Instituto, com os módulos definidos a partir da estrutura da revista *Propostas Alternativas*⁵. O curso, intitulado “Memória e Patrimônio Cultural do Ceará”, teve início em 2001. A proposta do curso foi considerada inovadora, especialmente por sua modalidade de ensino à distância, que utilizava correspondência. “Foi super inovadora, porque funcionava a distância, funcionava com carta e funcionava, funcionava bem” (Entrevista realizada com Cristina Rodrigues Holanda, cedida a Ana Cristina de Sales, em 16/06/2021). As pessoas ficavam sabendo do curso por meio do boletim *Raízes*⁶ e dos contatos que a instituição tinha, segundo contou Antônio José,

Quando a gente começou a publicar e a fazer um curso sobre memória e patrimônio de uma forma mais abrangente, já não era mais só no Vale do Jaguaribe, a gente começou a tratar de espalhar para mais lugares, contatos que nós tínhamos das antigas, pessoas de referência que estavam atuando de alguma forma e esperando que as pessoas se motivassem e fizessem a inscrição no curso (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, cedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

Embora o curso não tenha sido amplamente divulgado em canais de grande alcance, ao longo de sua execução conseguiu atrair uma média de 877 participantes, oriundos de diversas regiões do Ceará. As oportunidades e discussões oferecidas pelo curso eram particularmente raras, especialmente nas áreas interioranas do Estado, onde o acesso a tais recursos e debates dessa natureza eram limitados. As pessoas encontravam-se “sedentas por formação, por capacitação”, conforme afirmado por Antônio José.

O curso provocou uma formação muito interessante nessa temática da memória, a linha de atuação do IMOPEC foi sempre essa - recuperar a memória popular para pensar como é que faz a luta daqui para frente. Tinha a parte que cuidava mais da parte teórica, dos estudos, das leituras e reforçaram muito a necessidade de a gente aprofundar essa temática. O pessoal escrevia, realizava a tarefa, o curso era sempre assim, saía a revista era um módulo, vamos e ler e em seguida a discussão (Entrevista realizada com Antônio José Cunha da Silva, cedida a Ana Cristina de Sales, em 24/03/2021).

Ao adotar uma atuação centrada na “recuperação” da memória popular, o Instituto buscava estimular reflexões e debates sobre como avançar na luta por mudanças sociais, por meio da leitura de textos e atividades de campo. A formação abrangia tanto aspectos teóricos quanto práticos. Os participantes eram incentivados a escrever e realizar tarefas

⁵ A Revista *Propostas Alternativas* é um veículo de informação impresso, publicado pelo IMOPEC a partir do ano de 1992 até 2014.

⁶ O boletim *Raízes* foi uma publicação trimestral publicada pelo IMOPEC a partir de 1992 até 2015.

conforme a dinâmica de disponibilização dos módulos. O hábito de leitura era estimulado, seguido de discussões em grupo. Essa prática tornava o ambiente colaborativo, no qual os participantes podiam compartilhar ideias, debater e aprimorar seus conhecimentos.

Através desse processo, os cursistas foram desafiados a refletir sobre a memória, a compreender sua importância e a reconhecer as conexões entre passado, presente e futuro. A formação oferecida pelo IMOPEC permitiu que os participantes adquirissem um entendimento da memória e do patrimônio cearense, impulsionando-os a assumir um papel ativo na preservação e garantia em torno do patrimônio cultural e da memória social.

Para participar do curso, era necessário formar um grupo de no mínimo dois e no máximo cinco participantes. Após a formação do grupo, deveria ser preenchida a ficha de inscrição e enviada à sede do IMOPEC. O Instituto, então, enviava as instruções e a revista *Propostas Alternativas*, na qual cada artigo do periódico correspondia a um módulo do curso.

Veja bem, o aluno que queria fazer o curso ele tinha que buscar fazer no mínimo uma dupla e no máximo um grupo com cinco pessoas. Qual era a proposta? Pegava a revista iria ler o primeiro artigo, a proposta é que a leitura fosse feita individualmente, mas que o debate fosse coletivo, que o debate do artigo fosse coletivo, e aí eram enviadas por Correio cinco perguntas (Entrevista realizada com Cristina Rodrigues Holanda, cedida a Ana Cristina de Sales, em 16/06/2021).

O ambiente era propício para criação, troca de ideias e construção coletiva do conhecimento, envolvendo a leitura individual, seguida por discussões em grupo. A proposta era que o debate em torno do artigo fosse realizado de forma conjunta, aproveitando-se diferentes perspectivas e experiências de cada turma. Ao compartilhar suas interpretações, os participantes tinham a oportunidade de expandir seus horizontes.

O trabalho de envio e devolutiva era feito via correios por meio de cartas e do material solicitado. Os cursistas tinham prazo para devolver o estudo do módulo. Os estudantes deveriam realizar seus estudos de forma autônoma a partir do material recebido, comumente impresso, que havia sido preparado especialmente para aquele curso, com o envio posterior, pelo aluno, dos trabalhos por correspondência.

Porque eu estou falando sobre Correio, porque gente, olha, eu estou falando de 2005, não eram todas as pessoas que tinham e-mail, internet. No interior, internet nessa época era uma coisa assim, em uma Prefeitura. Mas as pessoas elas não tinham em casa como a gente tem hoje, o computador também não era

um instrumento de trabalho acessível (Entrevista realizada com Cristina Rodrigues Holanda, concedida a Ana Cristina de Sales, em 16/06/2021).

A entrevistada destaca o contexto tecnológico da época, caracterizado pelas limitações de acesso à internet e aos recursos computacionais por volta de 2005. Naquele período, ter um e-mail ou acesso à internet não era comum para todas as pessoas, especialmente nas áreas rurais e regiões do interior do Estado. Essa realidade tecnológica deve ser considerada ao analisar as práticas de comunicação. No caso específico mencionado na entrevista, o uso do correio como meio de envio e recebimento de materiais, como as revistas do curso, era uma alternativa viável diante das limitações tecnológicas. Isso também demonstra como as pessoas interagem, compartilhavam informações e participavam de processos educativos naquele contexto.

Com o avanço das tecnologias digitais, os novos meios de comunicação ampliaram os recursos e possibilidades de educação à distância, que passou a ser veiculada por outras tecnologias de comunicação e informação. A experiência a partir da internet e o desenvolvimento de plataformas de aprendizado online possibilitaram a criação de ambientes virtuais de ensino, possibilitando aos estudantes acesso a materiais didáticos, participar de discussões, realizar atividades interativas e se comunicar com professores e colegas, tudo isso remotamente (Cool; Monereo, 2010). Além disso, recursos como videoconferências, webinars, fóruns de discussão e chats facilitam a interação em tempo real, aproximando discentes e docentes mesmo que estejam geograficamente distantes.

Mesmo tendo a distância física entre os cursistas e a sede do IMOPEC, os participantes não estavam isolados, o Instituto promovia interatividade constante entre os membros de cada grupo e dos grupos entre si, havendo assim, um processo de comunicação dialógica. O diálogo direto dos grupos com o IMOPEC ocorria quando havia visitas de representantes do Instituto nas localidades ou nos encontros regionais, na qual juntavam-se os grupos de localidades próximas, por exemplo: os grupos que compunham a região do Cariri ou do Vale do Jaguaribe. Além disso, tinha os encontros maiores com a presença de representantes de todos os grupos participantes do curso, geralmente ocorriam uma vez ao ano. A leitura em grupo nos encontros presenciais e as rodas de conversas permitiam que os colegas conhecessem o que os outros estavam escrevendo, “revelando diferentes visões” (IMOPEC, Raízes, 2015, p. 03) e compreensões da realidade social.

A formação contava com flexibilidade de horários e de prazos que deveriam ser controlados pelos próprios participantes. Todavia, só recebia o módulo seguinte com a finalização do anterior, exigindo dos cursistas compromisso e responsabilidade na realização das tarefas.

O curso objetivava preencher uma lacuna existente nas escolas que era a de “estimular a produção de conhecimento sobre a temática da memória e do patrimônio cultural do Ceará, restrita a alguns ambientes acadêmicos” (IMOPEC, Raízes, 2015, p. 03). Sua abrangência era direcionada principalmente aos educadores, em especial aqueles que atuavam em escolas públicas, bem como estudantes, sendo a maioria deles provenientes de instituições acadêmicas e lideranças dos movimentos sociais populares.

Dentre as temáticas discutidas nos módulos, destacaram-se as seguintes revistas: Memória e Patrimônio Cultural I e II, Memória e Patrimônio Natural I e II, Memória e Patrimônio Imaterial I e II. Nesses materiais, as leituras se voltaram para perspectivas diversas, escritas por professores e acadêmicos, normalmente tratando de pesquisa concluídas ou em fase de finalização.

A metodologia do curso estava pautada na compreensão da cultura como trabalho de criação e recriação dos modos de vida, costumes, crenças e tantas outras dimensões da vida, sendo inspirada nos princípios pedagógicos de Paulo Freire (2013), principalmente no que tange ao papel político dos sujeitos na sociedade. Nesse sentido, a proposta pedagógica partia dos conhecimentos prévios dos cursistas entrelaçado com o conhecimento científico, a fim de estimular uma reflexão crítica que proporcionasse a inter-relação teoria e prática. Na concepção de educação freireana os conhecimentos transmitidos precisam se transformar em instrumentos de ação política e pedagógica, primando pelo diálogo entre os sujeitos.

É nesse ponto que Freire (2005, p. 45) destaca que a escolha do conteúdo programático é de natureza política, pois “[...] tem que ver com que conteúdos ensinar, a quem, a favor de quê, de quem, contra quê, contra quem, como ensinar. Tem que ver com quem decide sobre que conteúdos ensinar”. A perspectiva de Freire em direção a pedagogia do IMOPEC oportunizava aos sujeitos desenvolverem a consciência crítica e perceberem o que está por trás da realidade social, com a finalidade de superarem a ideologia da opressão.

A reflexão a partir das discussões entre os grupos possibilitou a criação das Casas da Memória de Jaguaratama - Vale do Jaguaribe, em 2005 e de Porteiras – Sul do Ceará em 2007, além de projetos que ficaram apenas no papel, a exemplo: a Casa da Memória

do Crato/Sul do Ceará. Os participantes foram encorajados a explorar diferentes perspectivas e abordagens teóricas, expandindo sua capacidade de análise crítica e ações coletivas nas suas comunidades.

Com isso, havia a troca de experiências e o contato com outros grupos, os quais expandiam a compreensão sobre a importância e o alcance do IMOPEC. Os participantes passavam a perceber que faziam parte de algo maior, de uma rede de pessoas unidas por um objetivo comum: proteger e preservar a memória e o patrimônio cultural do Ceará.

O IMOPEC tinha essa pegada, de fazer uma formação social, uma formação política, não era só a formação acadêmica. Só o estudo para conhecer alguns conceitos sobre memória ou sobre patrimônio. Mas tudo isso, era articulado com a luta política, as publicações do IMOPEC eram sobretudo de formação política. Então, a gente teve essa oportunidade de ter essa formação teórica, mas também de ter essa formação política, de contato com os movimentos sociais (Entrevista realizada com Diego Cesar dos Santos, concedida a Ana Cristina de Sales, em 15/06/2021).

Através da fala do entrevistado, pode-se inferir que o Instituto por meio da formação à distância conectou o conhecimento teórico com as demandas e lutas dos movimentos sociais. Ao promover uma formação social e política, o IMOPEC fornecia aos grupos ferramentas para analisar criticamente a sociedade, compreender os processos históricos e participar ativamente na transformação social local.

Nesse sentido, o material produzido e fornecido no curso do IMOPEC desempenhava um papel duplo, funcionando como instrumento de disseminação do conhecimento e formação política. Esses recursos eram significativos para fortalecer a consciência crítica dos participantes, levando em consideração as relações de poder, as desigualdades sociais e as muitas formas de resistência e mobilização coletiva. Cada grupo tinha seu próprio ritmo para finalizar os módulos e a revista, no entanto, a certificação só era concedida após a conclusão integral da revista, cada revista – um certificado. O certificado fornecido pelo IMOPEC frequentemente fazia referência ao patrimônio cultural.

Durante o curso, além das reflexões e discussões já mencionadas, houve também uma iniciativa prática sugerida pelo Instituto e realizada pelos participantes. Um grupo de 33 professores de diversas áreas do conhecimento se uniu durante dois dias, em 5 e 6 de março de 2005, para criar e propor três jogos pedagógicos: o “Bingo Cultural do Ceará”, “Descobrimo o Ceará” e “Trilhas da Cultura Cearense”. Os jogos objetivavam

estimular estudantes e professores a explorarem, defenderem e preservarem os lugares de memória de seus municípios e do Estado do Ceará.

Assim, o curso teve um impacto significativo, alcançando diversas localidades e envolvendo um número considerável de pessoas. A ação formativa ampliou o entendimento sobre o patrimônio cultural e ao mesmo tempo, contribuiu para o fortalecimento das comunidades e o desenvolvimento regional, sublinhando o papel fundamental da educação patrimonial na construção de uma sociedade consciente e engajada na luta pela cidadania.

Considerações finais

O curso à distância “Memória e Patrimônio Cultural” oferecido pelo Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), constituiu uma experiência formativa baseada na educação patrimonial, atuando como um instrumento de conscientização política e social. O curso buscou fortalecer a relação dos participantes com suas comunidades e com o patrimônio cultural local. Como argumenta Paulo Freire (1996), a educação não pode ser vista como uma prática neutra, mas sim como um ato político que, quando bem orientado, tem o potencial de despertar uma consciência crítica e promover a transformação social.

Essa questão aponta para a necessidade de uma reflexão contínua sobre a formação de professores e o papel da educação patrimonial na construção de uma sociedade consciente. O curso oferecido pelo IMOPEC deixou um legado importante, mas ao mesmo tempo lembra que a luta pela valorização da memória e do patrimônio cultural deve ser permanente e coletiva. Como ressaltam Arroyo e Silva (2006), a formação docente precisa estar em constante diálogo com a realidade social e as demandas das comunidades, a fim de que a educação possa realmente cumprir seu papel emancipador. Assim, entende-se que o curso deve ser lido como um ponto de partida para debates mais amplos sobre as práticas educativas, as políticas públicas e a formação de educadores comprometidos com a transformação social.

DOCUMENTAÇÃO ORAL A PARTIR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Antônio José Cunha da Silva - Entrevista realizada em 24 de março de 2021.

Cristina Rodrigues Holanda - Entrevista realizada em 16 de junho de 2021.

Diego Cesar dos Santos - Entrevista realizada em 15 de junho de 2021.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EAD: dinâmicas e lugares. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out.-dez. 2010

ARROYO, Miguel G.; SILVA, Vera M. Candau. As práticas e a formação dos educadores em tempos de exclusão. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação e exclusão: abordagens socioculturais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular na escola cidadã**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

DENZIN, Norman K. **Investigação Qualitativa Crítica**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, jan/abr, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GENTILI, Pablo. A mercantilização do conhecimento: educação como direito ou como serviço? In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2005.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). **Revista Propostas Alternativas**, Fortaleza, n. 09 - 2002.

_____. n. 10 - 2002.

_____. n. 11 - 2003.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). **Raízes: Boletim do Instituto da Memória do Povo Cearense**. Fortaleza, n. 64, – jan/jun de 2015.

_____. n. 58, abr/jun 2007.

_____. n. 29, out/dez de 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

PORTELLI, Alessandro. **A história oral como a arte da escuta**. Tradução Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.